



CHINA SESSIONS

30 Anos de CPLP – Que futuro das relações com a China?

22 de Janeiro de 2026 | 11.00 Horas (Lisbon Time) | CCCM/ON-LINE

Intervenção do Vice-Presidente da *Global Strategic Platform*

Professor Doutor Luís Bernardino

Esta primeira edição do “**CHINA SESSION**” em 2026 é um evento organizado em parceria, desde Lisboa, pela **Global Strategic Platform** (GSP) e o **Centro Científico e Cultural de Macau** (CCCM), contando com o relevante apoio do **Instituto Internacional de Macau** (IIM), da **Fundação Oriente** (FO) e do **Instituto Português do Oriente** (IPOR), e procura centrar-se na análise da relação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) com a República Popular da China e a relevância de Macau nesta relação.

A **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa** atinge, em 2026, o seu trigésimo ano de existência. A criação da organização resultou de um interessante processo iniciado nos anos 80 do século passado (ou mesmo antes...), através de um esforço político-diplomático por parte dos **Países de Língua Oficial Portuguesa** (PLOP) e que se centrou, em larga medida, no desejo de ver institucionalizada a cooperação multilateral multi-domínio entre esses Estados.

Desde 1996 e ao longo de 30 anos, a CPLP fez o seu caminho de crescimento institucional e alargou a sua condição geografia admitindo Timor-Leste e a Guiné Equatorial para além dos **30 Países Observadores Associados** que lhe dão uma dimensão global.

Como sabemos, os seus atuais nove (9) Estados-membros encontram-se presentes em diversos blocos regionais de relevo, como a **União Europeia** (Portugal), o **Mercosul** (Brasil),

a **União Africana** (PALOP) ou, mais recentemente, a **ASEAN** através da adesão de Timor-Leste à organização do Sudeste Asiático.

Tal rede demonstra que estes países podem servir de elo entre a CPLP e essas Organizações Internacionais.

Para os PALOP, o “**FÓRUM SOBRE A COOPERAÇÃO CHINA-ÁFRICA**” (FOCAC) é outro instrumento usado para reforçar laços multilaterais e bilaterais, neste caso com a **República Popular da China** (RPC).

No que diz respeito à **República Popular da China**, a CPLP mantém uma relação com o país, através dos laços históricos de Portugal com Macau.

Mais de 500 anos de presença portuguesa no território criaram uma fusão cultural praticamente sem paralelo a nível mundial e, como consequência, criou-se uma “ponte” com a China.

Em **1999**, Macau passaria de forma definitiva para administração chinesa, deixando para trás o passado colonial português, sem esquecer a relevância da Língua, da Cultura e da Lusofonia.

Ainda que o território não tenha o estatuto de **Observador Associado**, a **Região Administrativa Especial de Macau** (RAEM) é uma peça fundamental não apenas para que Pequim dialogue com o mundo lusófono, mas também para assegurar que a presença da língua portuguesa na Ásia-Pacífico se mantém viva, útil e serve o propósito de ligar povos e culturas.

Ainda que limitada no seu raio de ação, a CPLP tem vindo a procurar o seu próprio espaço no panorama internacional. Os seus primeiros anos de existência desenrolaram-se sob o manto da pax americana, ambiente sentido no período imediato ao fim da Guerra Fria.

Foi neste contexto que a organização se desenvolveu, tendo ocorrido um conjunto de momentos de especial importância para a sua expansão. Um dos eventos mais relevantes foi a independência de Timor-Leste (**2002**), após décadas sob o domínio indonésio. O crescimento da instituição para Oriente alargou este espaço, colocando-o na fronteira com as grandes potências regionais da Ásia-Pacífico.

Como sabemos, o contexto internacional atual é especialmente desafiante e muito imprevisível. A crescente tensão comercial entre China e Estados Unidos, o recente conflito israelo-palestiniano, a guerra da Ucrânia com a Rússia, a tensão na Gronelândia ou recente incursão dos EUA na Venezuela assim como distúrbios e convulsões um pouco por toda a África, América do Sul e Ásia, têm conduzido os países membros da CPLP, em muitos casos, por caminhos divergentes e nem sempre política e diplomaticamente alinhados. As exigências do ambiente internacional obrigam a tomadas de posição que testam a resiliência da organização, embora não se avizinha o seu desmoronamento.

Muitos desses desafios colocam a China numa posição central no sistema internacional, uma situação que a CPLP e os seus Estados-membros não podem ou conseguem ignorar.

De entre estes países, o **Brasil** é aquele que goza de relações mais aproximadas a Pequim. Durante os anos do presidente Jair Bolsonaro, e apesar da retórica agressiva face à RPC, os laços económicos entre os dois países mantiveram uma trajetória ascendente.

Foram assinados acordos na área agrícola, nomeadamente, referentes à exportação de carne e algodão, e a China reforçou a sua posição como principal parceiro comercial do Brasil.

Os investimentos chineses no Brasil totalizaram, em **2024, 4,8 mil milhões dólares americanos**, um crescimento de cerca de **113%** em relação ao ano transato (2023).

A China foca-se não apenas na indústria energética e petrolífera, mas também na mineração, no sector automóvel, entre muitos outros.

Com o retorno de **Lula da Silva** à presidência, estes laços mantiveram uma toada positiva, algo evidente através do regresso dos BRICS ao mais alto patamar da política internacional. Ademais, o **Novo Banco de Desenvolvimento**, sediado em Xangai é o instrumento financeiro dos BRICS, é presidido por Dilma Rousseff, antiga presidente do Brasil.

Portugal, por seu turno, tem tido na China um parceiro importante no sector do investimento. A mega fábrica da “CALB”, em Sines, começará a produzir baterias de lítio a partir de 2028, sendo uma peça importante para o mercado europeu de viaturas elétricas e um contributo significativo para o PIB Português.

Durante o ano de **2025**, o governo português tem abordado ativamente a República Popular da China como forma de alargar as suas alternativas de investimento externo.

Para Portugal, a manutenção de boas relações com Pequim é igualmente uma forma de assegurar que Macau permanece indiretamente associado ao país.

Sabemos que uma significativa comunidade portuguesa ainda reside no território e o crescimento da Língua Portuguesa no último quarto de século são factos de destaque. Para ambos os Estados, a transferência pacífica da administração de Macau, em **1999**, ainda é um momento histórico eternizado pela retórica política.

Por outro lado, a presença da China em África, datada do período da descolonização, sente-se nos PALOP. **Angola**, em particular, mantém laços estreitos com a China, através do avultado investimento externo que contribuiu decisivamente para a reconstrução do país, a partir de **2002**, e após décadas de conflito armado interno.

Sendo certo que a dívida angolana face a Pequim é preocupante e que a balança de transações comerciais favorece o lado chinês, as relações sino-angolanas mantêm-se entre as mais importantes da presidência de Xi Jinping em África, discurso reciprocamente veiculado recentemente pelo Presidente João Lourenço.

Os **restantes membros da CPLP**, mesmo não tendo o mesmo destaque que Brasil, Portugal e Angola, contribuem para a estratégia da China de ser vista como um polo de paz num mundo gradualmente mais caótico. Para tal, estes Estados necessitam de respeitar o princípio de “**Uma Só China**”, ferramenta essencial para que Pequim possa ser vista como a representante legítima do povo chinês no panorama internacional em contraponto a **Taiwan**.

Essencialmente, os Estados da CPLP têm obtido alguns benefícios dos laços económicos que existem com o gigante asiático e beneficiado sobremaneira de um desenvolvimento importando que para alguns países da CPLP se tornou vital e estratégico.

Em muitos casos, essas relações evoluíram graças ao abandono do dogmatismo ideológico dos primeiros anos da República Popular, em detrimento de uma visão “**win-win**” e que é descrita como sendo potenciadora dos laços entre países. No entanto, o que se observa é que não existe uma CPLP que fale a uma só voz quando lida com a China.

Não é surpreendente, uma vez que cada país tem a sua própria política externa e os seus interesses não coincidem necessariamente uns com os outros.

Em muitos sentidos, a Comunidade é “apenas” um conjunto de estratégias díspares, cujo único ponto de contacto é o estatuto de língua oficial que o português tem em cada país. Mesmo este último ponto é controverso. A adesão da Guiné Equatorial, em 2014, gerou polémico dado que o país não tem qualquer laço linguístico com os restantes membros da organização.

A forma artificial como acedeu à CPLP revela quão frágil a instituição é e como o seu escopo se limita pelas suas ações. Para a CPLP, é necessário projetar os próximos 30 anos com a China em mente. Pequim é, em todos os sentidos, um ator insubstituível no panorama internacional. Fundamentalmente, esta conferência propõe-se a compreender como é que os Estados da CPLP lidam com a China e a projetar o futuro destas relações bilaterais.

Para a organização, existem importantes lições a aprender para definir se deve ser reformada para que adquira uma nova voz junto de Pequim ou se deve permanecer na mesma toada. Acima de tudo, a CPLP necessita de definir aquilo que é importante para a sua existência e definir um rumo estratégico para as suas parcerias.

Exms Srs

Nesta primeira sessão do “China Sessions”, esperamos ser capazes de lançar esse debate e de contribuir para uma reflexão em torno do que poderá ser no futuro a relação entre a CPLP e a República Popular da China e qual será o papel de Macau nesse domínio.

Assim, agradeço a vossa atenção, cumprimentava novamente todos os presentes na sala aqui em Lisboa e os que nos seguem pelo mundo fora via ZOOM, e passava a palavra à nossa Simpática Moderadora **Professora Iris de Brito**.

OBRIGADO.